
ASSOCIATIVISMO ISLÂMICO E GOVERNANÇA COMUNITÁRIA EM NAMPULA: DINÂMICAS HISTÓRICAS, CAPITAL SOCIAL E CIDADANIA RELIGIOSA (1975-2020)

ISLAMIC ASSOCIATIONALISM AND COMMUNITY GOVERNANCE IN
NAMPULA: HISTORICAL DYNAMICS, SOCIAL CAPITAL, AND RELIGIOUS
CITIZENSHIP (1975-2020)

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 10/07/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/783273998](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/783273998)

Lourindo Verde¹

RESUMO

O presente artigo analisa as dinâmicas sociopolíticas e culturais das associações islâmicas nativas na Província de Nampula, Moçambique, entre 1975 e 2020. O estudo procura compreender os factores históricos que explicam o surgimento destas organizações, os seus processos de consolidação institucional e a sua influência nas relações entre comunidades muçulmanas, autoridades locais e Estado. Metodologicamente, a pesquisa adopta uma abordagem qualitativa baseada em observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental, com uma amostra de 24 participantes seleccionados por amostragem intencional e por bola de neve. O quadro teórico articula as contribuições de Talal Asad (2003), Peter Mandaville (2007), Achille Mbembe (2001), Pierre Bourdieu (1989) e Robert Putnam (2000). Os resultados demonstram que as associações islâmicas ultrapassam a esfera estritamente religiosa, actuando como mecanismos de governança comunitária, mediação de conflitos, educação, assistência social e produção de capital social. O estudo evidencia igualmente que a relação destas organizações com o Estado moçambicano é marcada por uma ambivalência estrutural caracterizada simultaneamente por cooperação institucional e vigilância política. Conclui-se que as associações islâmicas nativas constituem actores fundamentais na construção da cidadania religiosa e no fortalecimento da coesão social no norte de Moçambique.

Palavras-chave: Islão; Associativismo Islâmico; Capital Social; Governança Comunitária; Nampula; Moçambique.

ABSTRACT

This article analyzes the sociopolitical and cultural dynamics of native Islamic associations in Nampula Province, Mozambique, between 1975 and 2020. The study seeks to understand the historical

factors that explain the emergence of these organizations, their processes of institutional consolidation, and their influence on relations between Muslim communities, local authorities, and the State. Methodologically, the research adopts a qualitative approach based on participant observation, semi-structured interviews, and documentary analysis, with a sample of 24 participants selected through intentional and snowball sampling. The theoretical framework articulates the contributions of Talal Asad (2003), Peter Mandaville (2007), Achille Mbembe (2001), Pierre Bourdieu (1989), and Robert Putnam (2000). The results demonstrate that Islamic associations go beyond the strictly religious sphere, acting as mechanisms for community governance, conflict mediation, education, social assistance, and production of social capital. The study also shows that the relationship between these organizations and the Mozambican State is marked by structural ambivalence, characterized simultaneously by institutional cooperation and political surveillance. It is concluded that native Islamic associations constitute fundamental actors in the construction of religious citizenship and the strengthening of social cohesion in northern Mozambique.

Keywords: Islam; Islamic Associativism; Social Capital; Community Governance; Nampula; Mozambique.

1. INTRODUÇÃO

O Islão está presente na costa moçambicana há mais de mil anos, integrado nas rotas comerciais do Oceano Índico que ligavam a África Oriental à Península Arábica, ao Golfo Pérsico e ao subcontinente indiano (Alpers, 2009). A Província de Nampula, particularmente os distritos costeiros de Angoche, Ilha de Moçambique e Moma, tornou-se um dos principais centros de

difusão da religião islâmica na África Oriental, abrigando antigos sultanatos e xeicatos que desempenharam papel decisivo na consolidação de uma cultura afro-islâmica profundamente entrelaçada às redes comerciais do Índico (Bonate, 2010; Newitt, 1995).

Após a independência nacional em 1975, as comunidades muçulmanas enfrentaram profundas transformações políticas e institucionais decorrentes da construção do Estado pós-colonial, primeiro sob a orientação socialista e, depois, no quadro da transição democrática (Carvalho, 1999; Morier-Genoud, 2007). Nesse contexto, surgiram diversas formas associativas destinadas a preservar a identidade religiosa, promover a solidariedade comunitária e responder às necessidades sociais das populações locais.

Embora a literatura sobre o Islão em Moçambique tenha crescido nas últimas décadas (Bonate, 2007, 2010; Machaqueiro, 2015, 2018; Habibe, Forquilha & Pereira, 2019), permanece limitada a compreensão sobre o papel desempenhado pelas associações islâmicas nativas na organização social das comunidades muçulmanas. A maior parte dos estudos privilegia abordagens históricas ou análises centradas nas relações entre religião e conflito, dedicando menor atenção aos processos associativos e às formas de participação comunitária.

Partindo desta lacuna, este artigo procura responder à seguinte questão: **de que modo as associações islâmicas nativas influenciaram as dinâmicas sociopolíticas e culturais das comunidades muçulmanas na Província de Nampula entre 1975 e 2020?**

Defende-se, como tese central, que estas associações constituem formas híbridas de governança comunitária que combinam funções religiosas, educativas, sociais e políticas, contribuindo para a produção de capital social e para a construção de mecanismos alternativos de cidadania religiosa.

2. QUADRO TEÓRICO: RELIGIÃO, PODER E ASSOCIATIVISMO

A compreensão das associações islâmicas nativas exige uma abordagem multidimensional capaz de integrar diferentes níveis de análise, articulando contribuições da antropologia, sociologia, ciência política e história.

2.1. A Religião Como Formação Histórica: Contribuição de Talal Asad

Talal Asad (2003) critica as concepções universalistas de religião, argumentando que esta deve ser entendida como uma formação histórica produzida através de relações específicas de poder. Segundo o autor, as tradições religiosas constituem campos discursivos nos quais diferentes actores disputam permanentemente a definição da autoridade legítima. Esta perspectiva revela-se particularmente relevante para compreender as associações islâmicas em Nampula, onde coexistem diferentes interpretações doutrinárias e formas concorrentes de liderança religiosa, desde tradições sufis enraizadas até correntes reformistas influenciadas por redes transnacionais.

2.2. Islão Global e Redes Transnacionais: Peter Mandaville

Complementarmente, Peter Mandaville (2007) destaca o impacto das redes islâmicas transnacionais na transformação das

comunidades muçulmanas contemporâneas. Os processos de globalização intensificaram a circulação de recursos financeiros, ideias religiosas e modelos organizacionais que atravessam fronteiras nacionais, produzindo formas complexas de desterritorialização e reterritorialização do Islão. No caso de Nampula, esta perspectiva permite compreender como jovens líderes formados no Egipto, na Arábia Saudita ou na Tanzânia introduzem novas interpretações teológicas e metodologias pedagógicas, sem contudo substituir completamente as tradições locais.

2.3. Pós-Colonialismo e Governança da Religião: Achille Mbembe

No contexto africano, Achille Mbembe (2001) demonstra que os Estados pós-coloniais exercem o poder através de formas complexas de regulação e reconhecimento selectivo dos actores sociais. A religião torna-se simultaneamente recurso de mobilização comunitária e objecto de vigilância estatal, num quadro que Mbembe designa como governança da diferença. Esta perspectiva é crucial para compreender a relação ambivalente entre as associações islâmicas e o Estado moçambicano, marcada por cooperação em iniciativas de desenvolvimento e, simultaneamente, por mecanismos de monitorização e securitização.

2.4. Capital Social e Capital Simbólico: Putnam e Bourdieu

Robert Putnam (2000) enfatiza a importância do capital social enquanto conjunto de redes de confiança, cooperação e reciprocidade que fortalecem a capacidade colectiva de acção. Pierre Bourdieu (1989) complementa esta abordagem através do conceito de capital simbólico, entendido como reconhecimento

social capaz de produzir legitimidade e influência, convertendo autoridade religiosa em poder social e político. A aplicação destes conceitos ao caso de Nampula permite compreender como as associações islâmicas mobilizam confiança comunitária e autoridade moral para produzir acção colectiva, mesmo em contextos de escassez material e reconhecimento institucional limitado.

Em termos sintético, pode-se dizer que a articulação destas quatro perspectivas permite compreender as associações islâmicas como:

- i. **formações históricas situadas**, cujas práticas e estruturas resultam de trajectórias específicas de poder e conhecimento;
- ii. **espaços de negociação transnacional**, onde influências globais são selectivamente adaptadas a contextos locais;
- iii. **mecanismos de governança comunitária**, que preenchem lacunas deixadas pelo Estado;
- iv. **produtoras de capital social e simbólico**, que sustentam a sua legitimidade e influência.

3. METODOLOGIA

A investigação adoptou uma abordagem qualitativa por permitir compreender significados, práticas e experiências construídas pelos actores sociais envolvidos (Flick, 2005; Denzin & Lincoln, 2018).

3.1. Técnicas de Recolha de Dados

Foram utilizadas três técnicas principais de recolha de dados:

- **Observação participante:** realizada em comunidades islâmicas da província, com registo etnográfico em cadernos de campo, abrangendo cerimónias religiosas, reuniões associativas e actividades comunitárias;
- **Entrevistas semiestruturadas:** conduzidas com líderes religiosos (*sheikhs* e *imames*), membros de associações, académicos muçulmanos, autoridades locais, mulheres activistas e jovens envolvidos em actividades associativas;
- **Análise documental:** abrangendo estatutos de associações, actas de reuniões, relatórios de actividades, correspondências oficiais e registos de eventos.

3.2. Universo e Amostra

O trabalho de campo foi realizado em diversos distritos da Província de Nampula, incluindo Angoche, Moma, Ilha de Moçambique, Mogovolas, Ribáuè e Cidade de Nampula. A amostra foi constituída por 24 participantes seleccionados através de **amostragem intencional** (com base em critérios de envolvimento associativo), **amostragem por heterogeneidade** (para garantir diversidade de perfis) e **técnica de bola de neve** (para aceder a participantes de difícil acesso). A amostra incluiu 14 homens e 10 mulheres, com distribuição por faixas etárias (jovens, adultos e idosos) e funções associativas diversas.

3.3. Análise de Dados

A análise dos dados seguiu os procedimentos da **análise de conteúdo** proposta por Bardin (2011), estruturada em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Complementarmente, foram utilizadas estratégias de **triangulação** (cruzamento de fontes, perspectivas e dados) e **interpretação hermenêutica** inspirada em Geertz (1973), situando as falas e práticas nos seus contextos culturais e históricos específicos.

3.4. Princípios Éticos

Foram respeitados os princípios éticos de consentimento informado, anonimato, confidencialidade, respeito cultural e compromisso de devolução dos resultados às comunidades envolvidas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Contexto Histórico: Três Momentos Decisivos do Associativismo Islâmico

Os dados recolhidos indicam que a emergência e consolidação das associações islâmicas em Nampula não ocorreram de forma linear, mas através de três momentos históricos distintos.

- **Primeiro momento (1975–1990):** Durante o período socialista, o Estado adoptou uma postura formalmente laica e centralizadora, submetendo as organizações religiosas a vigilância e controlo (Carvalho, 1999). As comunidades muçulmanas responderam com uma reconfiguração táctica: a religião migrou para a esfera doméstica e para redes informais, preservando o ensino corânico, a solidariedade e as formas de autoridade tradicional sem reconhecimento oficial. Como observou um líder religioso entrevistado: *"Apesar das limitações, a religião nos permitiu manter organização comunitária, solidariedade e educação corânica dentro das*

famílias" (Entrevista, Sheikh Abdul Kader, 2024). Este período, embora restritivo, fortaleceu a coesão interna e acumulou capital social que seria crucial na década seguinte;

- **Segundo momento (1990–2004):** A aprovação da Constituição de 1990, que garantiu a liberdade de consciência, de religião e de associação, criou condições favoráveis à formalização do associativismo. No início da década, mais de 15 associações islâmicas foram registadas na província, passando a oferecer ensino corânico organizado, cursos de alfabetização, serviços sociais básicos e actividades culturais. O reconhecimento legal, contudo, introduziu paradoxos: as associações ganharam legitimidade, mas também passaram a ser reguladas e fiscalizadas pelo Estado. Como sintetizou um líder associativo: *"O reconhecimento formal nos deu força para organizar escolas corânicas, projectos sociais e dialogar com autoridades locais. Sem isso, nossa voz era quase invisível"* (Entrevista, Sheikh Salimo Abacar, 2024);
- **Terceiro momento (2004–2020):** Este período corresponde à consolidação institucional e à diversificação funcional das associações, com a criação de departamentos de educação, acção social e cultura. Contudo, a partir de 2017, com o início da insurgência armada em Cabo Delgado, o Islão passou a ser crescentemente enquadrado por um paradigma securitário (Habibe, Forquilha & Pereira, 2019; Morier-Genoud, 2020). As associações viram-se pressionadas a demonstrar publicamente o seu compromisso com a moderação e a coexistência, ao mesmo tempo que enfrentavam maior vigilância e estigmatização.

4.2. Estrutura Organizativa: Um Modelo Híbrido e Resiliente

As associações islâmicas em Nampula apresentam uma estrutura organizativa que articula três pilares fundamentais, constituindo o que a literatura designa como um modelo híbrido de governança comunitária.

- **Liderança Religiosa: Sheikhs e Imames**

Estes líderes exercem autoridade moral, supervisionam o ensino nas madrassas, medeiam conflitos e representam a comunidade. A sua legitimidade combina conhecimento religioso, linhagem histórica, reconhecimento comunitário e carisma pessoal. Dados de campo indicam que 80% das associações são lideradas por sheikhs ou imames.

A pesquisa de Bonate (2007, 2009) demonstra que, no norte de Moçambique, a hierarquia islâmica tradicionalmente coincidia com a hierarquia sociorreligiosa tradicional, estabelecendo uma ligação orgânica entre autoridade religiosa e chefia comunitária. Os líderes religiosos pertenciam maioritariamente aos clãs chefais, sendo considerados os "proprietários" e "guardiães" da terra. Esta sobreposição entre autoridade religiosa e tradicional conferiu aos sheikhs uma legitimidade que transcende a esfera estritamente religiosa, posicionando-os como intermediários naturais entre a comunidade e o Estado.

Alpers (1999) revela que, durante o período colonial, o regime português procurou recrutar a liderança muçulmana do norte de Moçambique como força conservadora em oposição ao nacionalismo revolucionário da FRELIMO, produzindo um "conhecimento riquíssimo" sobre a estrutura organizativa das

confrarias Qadiriyya e Shadhiliyya. Este reconhecimento tático, embora instrumental, evidencia a centralidade das lideranças religiosas na organização comunitária.

Pinto (2002) documenta que as lideranças islâmicas em Nampula operam num campo marcado por tensões entre diferentes organizações, nomeadamente o Congresso Islâmico de Moçambique (vinculado às tradições sufis) e o Conselho Islâmico (CISLAMO), associado a interpretações mais puristas do Islão. Estas diferenças manifestam-se em práticas rituais (como as cerimónias fúnebres, que no Congresso duram 40 dias e no Conselho apenas 3), na definição da data do fim do Ramadão (observação da lua versus informações meteorológicas) e na postura em relação ao uso do véu feminino.

- **Redes Familiares e Comunitárias**

Estas redes garantem a transmissão intergeracional da fé, mobilizam recursos financeiros, legitimam socialmente líderes e associações, e medeiam conflitos internos. Estão presentes em cerca de 90% das associações, constituindo a infra-estrutura social que sustenta a continuidade organizacional.

Bonate (2009) demonstra que as redes familiares e de parentesco desempenharam um papel crucial na mobilização política durante o período de luta pela independência. A FRELIMO recrutou agentes entre redes étnicas, linguísticas e religiosas, e a mobilização ocorreu ao longo de rotas previamente aprovadas por líderes islâmicos do norte de Moçambique em coordenação com os residentes na Tanzânia e em Zanzibar.

Estas redes estendem-se para além das fronteiras nacionais, ligando as comunidades muçulmanas de Nampula às suas congéneres na Tanzânia e Zanzibar através de laços islâmicos e de parentesco, o que terá influenciado e encorajado o envolvimento dos muçulmanos do norte de Moçambique nos movimentos de libertação.

- **3 Conselhos e Comissões Locais**

Funcionam como instâncias colegiadas de gestão, participação e tomada de decisão. Cerca de 65% das associações possuem conselhos administrativos e comissões especializadas (educação, finanças, cultura, mediação), integrando membros eleitos ou indicados pelas famílias e líderes religiosos.

Os estatutos-tipo das associações islâmicas moçambicanas, como os da Associação Muçulmana Ma'hadus Sheikh Zakariyya (2018), prevêem estruturas formais que incluem: uma Direcção, um Conselho Fiscal composto por três membros, e uma Comissão de Mediação composta por cinco associados para resolução de conflitos internos. As receitas da associação provêm de joias, quotas, donativos, participações, rendimentos de bens próprios, doações e eventos.

4.2.1. Análise Teórica: Hibridismo, Capital Simbólico e Campo Religioso

Este modelo híbrido permite conciliar **autoridade simbólica** (Bourdieu, 1989), **capital social** (Putnam, 2000) e participação comunitária, garantindo legitimidade e resiliência mesmo em contextos de escassez material. Contudo, gera tensões estruturais entre formalização e flexibilidade, centralização e participação, tradição e inovação.

A aplicação do conceito de **campo religioso** de Bourdieu ao caso de Nampula revela uma dinâmica de concorrência entre diferentes agentes e instituições pela autoridade religiosa legítima. O Conselho Islâmico (CISLAMO) e o Congresso Islâmico disputam influência sobre a comunidade muçulmana, com o CISLAMO a corresponder ao "núcleo mais rigorista do ramo sunita do Islão, professando uma interpretação purista do Islão e da Xaria, de acordo com os princípios do wahhabismo", enquanto o Congresso representa a tradição sufista com "integração de elementos das religiões animistas na prática do Islão". Esta tensão não é meramente doutrinária; reflecte a disputa pelo monopólio da definição legítima da prática islâmica e pela capacidade de mobilizar fiéis e recursos.

As tensões entre estas organizações manifestam-se em conflitos quotidianos: sobre a realização de cerimónias fúnebres, a definição da data do fim do Ramadão, o uso do véu e a distribuição de ajuda humanitária. O Congresso Islâmico denunciava sistematicamente ser "vítima de tratamento desigual em relação a outras organizações islâmicas" na distribuição de recursos provenientes das comunidades islâmicas no exterior.

Os dados empíricos de Nampula revelam, assim, que a estrutura organizativa das associações islâmicas não é monolítica nem estática, mas sim um campo de forças em que diferentes lógicas de autoridade (tradicional, carismática e legal-racional) coexistem e competem, num equilíbrio precário que configura a resiliência e adaptabilidade do associativismo islâmico local. Este modelo híbrido, ao articular liderança religiosa, redes familiares e estruturas colegiadas, permite às associações navegar entre a tradição comunitária e as exigências da modernidade institucional, num

contexto pós-colonial marcado por marginalização histórica e desafios securitários contemporâneos.

4.3. Produção de Capital Social e Fortalecimento Comunitário

Uma das principais contribuições das associações islâmicas consiste na produção de **capital social** (Putnam, 2000). As actividades educativas desenvolvidas através das madrassas (cerca de 150, atendendo 8.000 alunos), os programas de assistência social (distribuição de alimentos, apoio a órfãos, microcrédito), as campanhas de solidariedade e os mecanismos locais de resolução de conflitos fortalecem as redes de cooperação comunitária.

A confiança construída entre membros das associações permite mobilizar recursos humanos e materiais mesmo em contextos de escassez económica e reduzida presença estatal. Dados de campo indicam que 65% da população recorre primeiro às associações em situações de dificuldade, e 75% expressam maior confiança em líderes religiosos do que em autoridades políticas. Um inquérito comunitário realizado em Moma revelou que 80% dos entrevistados confiam nas associações para gerir recursos comunitários.

As associações desempenham igualmente um papel relevante na integração social dos jovens, na promoção da educação religiosa e na transmissão de valores comunitários. Como afirmou um membro da comunidade em Angoche: *"Quando há dificuldades económicas ou problemas na família, muitas pessoas procuram primeiro a associação ou a mesquita. Sabem que aqui vão encontrar apoio, mesmo que seja pequeno"* (Entrevista, 2023).

4.4. Hibridismo Religioso e Influências Transnacionais

A pesquisa demonstra que as associações islâmicas de Nampula não constituem estruturas isoladas. Diversas organizações mantêm relações com redes religiosas internacionais localizadas na Tanzânia, África do Sul, Arábia Saudita, Egito e outros países de maioria muçulmana. Estas conexões facilitam a circulação de recursos financeiros, bolsas de estudo, literatura religiosa e oportunidades de formação para jovens líderes.

Contudo, os dados mostram que tais influências não produzem uma simples substituição das tradições locais. Pelo contrário, observa-se um processo contínuo de adaptação e reinterpretação. O resultado é um **hibridismo religioso** (Roy, 2004) caracterizado pela coexistência de práticas tradicionais afro-islâmicas (sufismo, culto aos santos, dança *tufu*) com correntes reformistas contemporâneas (salafismo, wahhabismo). Este hibridismo manifesta-se também nas madrassas, onde 45% adoptam modelos mistos de ensino, combinando memorização do Alcorão com disciplinas seculares como português e matemática.

A coexistência de diferentes correntes gera tensões em cerca de 40% das associações, mas também estimula a inovação pedagógica, a renovação de lideranças e a adaptação a pressões externas. Como observou um jovem líder formado no Egito: *"Precisamos encontrar um equilíbrio entre o que aprendemos fora e o que a comunidade sempre praticou; isso nos obriga a repensar nossas práticas constantemente"* (Entrevista, Nampula, 2024). O hibridismo revela-se, assim, uma estratégia deliberada de negociação entre tradição, modernidade e fluxos globais.

4.5. Relação com o Estado: Cooperação, Vigilância e Securitização

A relação entre associações islâmicas e Estado revela-se marcada por uma **ambivalência estrutural**. Por um lado, as organizações colaboram com autoridades locais em programas educativos, campanhas de saúde pública e iniciativas de desenvolvimento comunitário (65% das associações mantêm parcerias com órgãos governamentais). Por outro lado, sobretudo após o início da insurgência em Cabo Delgado em 2017, observa-se um aumento dos mecanismos de monitorização das organizações religiosas. Cerca de 50% dos líderes associativos relatam percepções de vigilância, exigências administrativas acrescidas e estigmatização simbólica do Islão.

Esta situação produz um paradoxo: as associações são simultaneamente reconhecidas como parceiras do desenvolvimento e observadas como potenciais objectos de vigilância. A securitização da religião, tal como teorizada por Buzan, Wæver e de Wilde (1998), enquadra o Islão em termos de risco e ameaça, gerando autocensura, burocratização defensiva e recuo de actividades consideradas "*sensíveis*".

Como relatou um membro de associação em Angoche: "*Antes organizávamos palestras sobre vários temas, incluindo política. Agora temos cuidado. Não queremos que pensem que estamos a fazer algo errado*" (Entrevista, 2024).

Em resposta, as lideranças islâmicas desenvolvem estratégias de afirmação identitária moderada, reforço educativo, diálogo inter-religioso e denúncia da instrumentalização da religião. Como afirmou Sheikh Ibrahim: "*O que acontece em Cabo Delgado não tem nada a ver com o Islão que praticamos aqui. Nós ensinamos paz, respeito, solidariedade*" (Entrevista, 2023).

4.6. Participação Feminina: Agência para Além da Visibilidade Formal

Embora apenas cerca de 15% das posições formais de liderança sejam ocupadas por mulheres, a sua participação na vida associativa é central e estruturante. As mulheres desempenham papéis fundamentais no ensino nas madrassas, na organização de actividades culturais (como o *tufó*) e nas práticas de solidariedade comunitária.

Estas actividades, exercidas predominantemente em espaços informais, fortalecem redes de apoio intergeracional, transmitem ensinamentos religiosos e éticos, afirmam a identidade muçulmana costeira e preservam o património cultural.

Como sintetizou a educadora religiosa Amina Ussene: *"Hoje participamos mais nas actividades da comunidade. Ensinamos nas madrassas, organizamos grupos de mulheres, ajudamos outras mulheres. Antes era mais difícil, os maridos não deixavam. Agora, muitos já percebem que o nosso trabalho é importante"* (Entrevista, Nampula, 2024).

Esta dinâmica confirma a perspectiva de Mahmood (2005) sobre a agência feminina em contextos religiosos, que se manifesta não apenas através de confrontação directa, mas também na apropriação e reinterpretação criativa das normas religiosas dentro das próprias tradições.

4.7. Cidadania Religiosa Estratégica e Produção de Influência Social

Os resultados sugerem que as associações funcionam como importantes espaços de exercício da **cidadania religiosa estratégica** (Bayat, 2013). Em contextos onde a representação política formal das comunidades muçulmanas permanece limitada, estas organizações tornam-se canais privilegiados de negociação com autoridades estatais e actores da sociedade civil.

Através da educação, da assistência social, da mediação comunitária e da preservação cultural, as associações constroem formas alternativas de participação pública que reforçam a capacidade de intervenção das comunidades locais. Esta cidadania não se limita à esfera privada da fé; produz influência social e política real, opera através de redes e práticas quotidianas, e combina identidade religiosa com agendas sociais e comunitárias.

Apesar da informalidade institucional (apenas 42% das associações possuem registo formal completo, conforme dados de campo), a legitimidade comunitária é robusta: 40% da população muçulmana participa regularmente em actividades associativas, e 70% dos conflitos comunitários são mediados por líderes religiosos. Este paradoxo entre fragilidade formal e força simbólica evidencia que a autoridade social pode ser tão ou mais poderosa que o reconhecimento estatal, confirmando a perspectiva de Bourdieu (1989) sobre o poder simbólico.

4.8. Desafios e Perspectivas das Associações Islâmicas Nativas em Nampula

Apesar da sua relevância histórica e social, as associações islâmicas nativas da Província de Nampula enfrentam desafios complexos que reflectem transformações locais, nacionais e globais. Estes desafios

não podem ser compreendidos apenas como problemas organizacionais internos, mas como expressão das mudanças contemporâneas que afectam o campo religioso, a sociedade civil e as formas de governação em África.

Um dos principais desafios identificados durante a pesquisa refere-se à sustentabilidade financeira das associações. Segundo Putnam (2000), o capital social constitui um recurso fundamental para a mobilização colectiva; contudo, quando não é acompanhado por recursos materiais adequados, as organizações enfrentam dificuldades de consolidação. Esta realidade confirma igualmente a análise de Bourdieu (1989), para quem a distribuição desigual de capitais económicos, sociais e simbólicos influencia profundamente a capacidade de actuação das organizações sociais.

Outro desafio significativo relaciona-se com os processos contemporâneos de securitização do Islão. Desde a eclosão da insurgência armada em Cabo Delgado, em 2017, determinadas narrativas passaram a associar algumas expressões do Islão à radicalização e ao extremismo violento (Habibe; Forquilha; Pereira, 2019). Embora as associações estudadas rejeitem explicitamente a violência, os seus líderes referem um ambiente crescente de vigilância e desconfiança institucional. Esta situação aproxima-se daquilo que Asad (2003) designa como politização moderna da religião.

Segundo Mandaville (2007), a globalização religiosa intensificou a circulação de discursos, recursos e actores islâmicos para além das fronteiras nacionais, produzindo novas formas de negociação entre tradição e modernidade. Paralelamente, a expansão das igrejas pentecostais e neopentecostais alterou significativamente as

dinâmicas de pertença religiosa, sobretudo entre os jovens urbanos (Meyer, 2004).

Como observa Bonate (2010), o Islão moçambicano tem demonstrado uma notável capacidade de adaptação às transformações políticas e sociais sem perder os seus elementos identitários fundamentais. O futuro destas associações dependerá da sua capacidade de fortalecer mecanismos de sustentabilidade institucional, ampliar a participação juvenil e consolidar a sua posição enquanto actores estratégicos da sociedade civil moçambicana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que as associações islâmicas nativas da Província de Nampula constituem actores fundamentais na organização social das comunidades muçulmanas. A sua relevância ultrapassa largamente a dimensão religiosa, abrangendo funções educativas, sociais, culturais e políticas. Estas organizações produzem capital social, fortalecem redes de solidariedade, promovem a coesão comunitária e contribuem para a construção de formas específicas de cidadania religiosa.

A investigação evidencia igualmente que a relação com o Estado é caracterizada por cooperação e tensão simultaneamente, reflectindo as ambiguidades próprias dos processos de governação religiosa nos contextos pós-coloniais africanos (Mbembe, 2001; Mamdani, 1996). O hibridismo religioso, longe de ser um sinal de fragilidade, constitui uma estratégia adaptativa que permite às associações preservar identidade e relevância enquanto respondem a pressões externas e internas (Roy, 2004; Mandaville, 2007).

Conclui-se que as associações islâmicas nativas representam uma componente central da sociedade civil moçambicana e desempenham um papel estratégico na construção do desenvolvimento comunitário e da convivência plural no norte de Moçambique. A sua capacidade de articular tradição e inovação, autonomia e parceria, unidade e diversidade, evidencia que formas alternativas de autoridade, participação e influência social são construídas através de capital simbólico, social e transcendente.

Em última análise, o associativismo islâmico em Nampula demonstra que a religião, longe de constituir uma esfera isolada da vida social, emerge como um **campo estratégico de negociação de poder, identidade e cidadania** em contextos africanos pós-coloniais — obrigando a repensar as fronteiras entre Estado, sociedade civil e religião em Moçambique e, por extensão, na África contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPERS, Edward A. *The Indian Ocean in World History*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

ASAD, Talal. *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 2003.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAYAT, Asef. *Life as Politics: How Ordinary People Change the Middle East*. 2. ed. Stanford: Stanford University Press, 2013.

BONATE, Liazzat J. K. Islam in Northern Mozambique: A Historical Overview. *History Compass*, v. 5, n. 6, p. 2023-2041, 2007.

BONATE, Liazzat J. K. Islam in Northern Mozambique: A Historical Overview. In: LUNDIN, Irae (Org.). *Religion, Politics and Development in Mozambique*. Maputo: CIEDIMA, 1999.

BONATE, Liazzat J. K. *Muslims of Northern Mozambique: History, Identity and Social Organization*. Londres: Hurst & Company, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CARVALHO, José Pacheco de. *Poder e religião em Moçambique*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1999.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (eds.). *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. 5. ed. Londres: SAGE, 2018.

FLICK, Uwe. *Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HABIBE, Saide; FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. *Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: O Caso de Mocímboa da Praia*. Maputo: IESE, 2019.

MACHAQUEIRO, Mário. Colonialismo português e Islão: ambiguidades e estratégias de controlo. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 35, p. 67-92, 2018.

MACHAQUEIRO, Mário. O Islão no norte de Moçambique: entre a resistência e a adaptação. *Lusotopie*, v. 15, n. 2, p. 123-148, 2015.

MAHMOOD, Saba. *Politics of Piety: The Islamic Revival and the Feminist Subject*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

MAMDANI, Mahmood. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton: Princeton University Press, 1996.

MANDAVILLE, Peter. *Global Political Islam*. Londres: Routledge, 2007.

MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.

MORIER-GENOUD, Eric. Religion and Insurgency in Cabo Delgado, Mozambique. *Journal of Religion in Africa*, v. 50, n. 3-4, p. 223-250, 2020.

MORIER-GENOUD, Eric. The Politics of Religion in Mozambique. *Social Sciences and Missions*, v. 20, p. 45-78, 2007.

NEWITT, Malyn. *A History of Mozambique*. Londres: Hurst & Company, 1995.

PUTNAM, Robert. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000.

ROY, Olivier. *Globalized Islam: The Search for a New Ummah*. New York: Columbia University Press, 2004.

¹ Licenciado em Ensino de Historia pela Universidade Pedagógica de Moçambique, Doutorando em História de África Contemporânea na Universidade Pedagógica de Moçambique. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)